

O movimento de esportivização na escola normal de Porteirinha/MG: um estudo histórico da Educação Física

Wilney F. Silva

Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais – IFNMG

Contato: wilneyfernando@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo desse trabalho é fazer um levantamento do surgimento das práticas corporais estruturadas na Escola Normal de Porteirinha, Norte de Minas Gerais, sobretudo as do esporte, nas décadas de 1960 e 1970. Utilizaram-se como técnicas a análise documental, a iconografia e entrevista semi-estruturada realizada com uma ex-professora de Educação Física da instituição. Foram utilizados, para a tecitura do texto, artigos e livros de História da Educação e da Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física; Esporte; Ginástica.

Introdução

Na educação, no final da década de 1950 e início da década de 1960, delineou-se a perspectiva da ação educativa para o trabalho, em que a existência de um mercado moldado pela industrialização passou a ser ponto básico de referência para a formação daqueles que frequentavam a escola, atendendo às exigências da economia em expansão, voltada para a especialização e a técnica, como afirma Peixoto Filho (2003). Foi na busca de técnicas modernas que concentraram os esforços de formação de recursos humanos e admitiu-se a forte ideia de planejamento educacional.

No dia 27 de outubro de 1964, data em que o Congresso Nacional extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e instalou-se um período de intensa repressão e violência no Brasil, iniciaram-se, também, os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), denominados acordos MEC-USAID.

Como resultado a estes acordos firmados entre o governo federal e o governo dos Estados Unidos, o governo brasileiro aprova leis e dispositivos para a regulamentação e a imposição obrigatória do idioma inglês em todas as escolas públicas e privadas. Para a implantação do programa, o acordo também impôs ao Brasil a contratação de assessoramento norte-americano (GERMANO, 1994). Além disso, os acordos também propunham a racionalização do ensino, a prioridade na formação técnica, o desprezo as Ciências

Sociais e Humanas, a inspiração no modelo empresarial e o estabelecimento de um vínculo estreito entre formação acadêmica e produção industrial (ROMANELLI, 2002).

Estes acordos possuíam ações e programas. Um que se destacou foi o Programa de Assistência Brasileiro Americano à Educação Elementar (PABAE). O objetivo prioritário deste programa foi, inicialmente, a instrução de professores das escolas normais, no

âmbito das metodologias de ensino. Este objetivo se estendeu também ao campo da supervisão e do currículo, com vistas a atingir ocupantes de postos de liderança que pudessem ter uma ação multiplicadora de maior abrangência (TANURI, 2000). Assim, procurando respostas para os problemas do ensino no âmbito das questões técnicas e metodológicas, o PABAEE contribuiu para o estabelecimento de uma tendência tecnicista. Neste sentido, as regulamentações na época promoveram reformas que tinham como objetivo alinhar o sistema educacional aos objetivos do governo militar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, juntamente com o Decreto nº 69.450/71 fizeram a Educação Física, em especial, tomar destaque na escola, pois por meio do decreto, era a única disciplina escolar obrigatória nos três níveis de ensino. Além disso, era a única disciplina a possuir um decreto particular com orientações pedagógicas e

organizacionais claras¹. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu, também, a introdução do Método Desportivo Generalizado ou Movimento de Esportivização que se contrapôs aos antigos métodos de ginástica tradicional, representando a incorporação do esporte dentro das aulas de Educação Física (BETTI, 1991).

No extremo norte do Estado de Minas Gerais, no início da década de 1960, a taxa de analfabetismo era grande, existiam poucas escolas primárias e de formação de professores (PEIXOTO FILHO; SILVA, 2009). No entanto, com os investimentos provindos dos acordos MEC-USAID e do governo estadual, foi construída a Escola Normal de Porteirinha para a formação do professor (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 2000). Era importante pensar em políticas para formar um professor como ponto de partida para o exercício de uma direção voltada para o progresso e para a civilidade. Era importante formar o professor para atuar nas escolas primárias da região, diminuir o enorme analfabetismo e transformar a realidade pobre e sofrida do povo do extremo norte de Minas Gerais, afirmam Peixoto Filho e Silva (2009).

¹ Segundo Betti (1991), esses pressupostos se resumiam consolidação de hábitos higiênicos; desenvolvimento corporal e mental harmônico; melhoria da aptidão física; despertar do espírito comunitário; despertar da criatividade; despertar o senso moral e cívico; emprego do tempo de lazer; perfeita sociabilidade; conservação da saúde; aquisição de novas habilidades; estímulo às tendências de lideranças e implantação de hábitos sadios.

Neste sentido, esta escola de formação de professores foi a principal instituição escolar da cidade e do extremo norte de Minas Gerais da época. A Escola Normal de Porteirinha é considerada no imaginário da população da cidade como uma instituição que foi a expressão do modelo educacional e que traz saudade. Acreditamos que este trabalho seja relevante para a construção dessa história na relação que ela desenvolveu com as antigas políticas locais e educacionais deixadas pelos seus criadores. Relevante, também, para que melhor se possa refletir sobre ideias e práticas que ajudem a pensar a história das ações docentes para além do que dispõe a atual legislação. Por fim, este artigo constitui num estudo que busca contribuir para a preservação da memória da instituição escolar e das práticas pedagógicas da área da Educação Física.

Procedimentos Metodológicos

Para a materialização da pesquisa, foram utilizadas como instrumentos técnicos da pesquisa, a Análise Documental e Entrevista Semidirigida. A Análise Documental teve a finalidade de investigar documentos normativos que carregam informações sobre currículo, formação docente e modelo pedagógico da Escola Normal e da Educação Física. Para Menga Ludke e Marli Elisa André (1986), a Análise Documental é fonte estável e rica que pode ser consultada várias vezes, constituindo uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos. A investigação foi feita com base em documentos primários oficiais como leis e

regulamentos, normas, decretos e resoluções. Além disso, foram analisados documentos técnicos institucionais como relatórios, livros de ata, livros de ponto de professores, diplomas, grades curriculares, legislações educacionais, regimento escolar etc.

Com objetivo de complementar as informações obtidas, foi programada uma Entrevista Semidirigida que proporcionou liberdade de discorrer sobre o assunto tratado, sem deixar de aprofundar os pontos de interesse da pesquisa, além disso, permitiu correções, esclarecimentos e adaptações tornando-a eficaz na obtenção das informações desejadas (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Foi entrevistada uma ex-professora de Educação Física da Escola Normal que assinou o Termo de Consentimento livre e esclarecido e aceitou a publicação de seu nome.

Foram utilizadas, para a tecitura do texto, as reflexões de Lino Castellani Filho (2006), Carmem Lúcia Soares (1996, 2001 e 2005) e José Wellington Germano (1994). O texto foi organizado em duas partes. Na parte inicial, mostraremos alguns aspectos da história da Educação Física no ambiente escolar. Focaremos o surgimento desta disciplina nas grades escolares até chegarmos na década de 1970. Na segunda parte, apresentaremos documentos legais que regiam a metodologia do ensino da Educação Física do final da década de 1960 e 1970. Será problematizada como se deu a sistematização das atividades físicas organizadas no seio da Escola Normal de

Porteirinha. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais e referências.

Um pouco da história da Educação Física Escolar

Para que se compreenda o momento selecionado da pesquisa, década de 1960 e 1970, é necessário considerar suas origens no contexto brasileiro, abordando as principais influências que marcam e caracterizam esta disciplina.

O começo da Educação Física escolar no Brasil, inicialmente denominada ginástica, ocorreu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851, conforme estudos de Ramos (1982). No entanto, a implementação da ginástica nas escolas, inicialmente se deu apenas em parte do Rio de Janeiro, capital da República, e nas escolas militares, conforme pontuam Darido e Rangel (2005). De modo geral houve grande contrariedade por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinham caráter intelectual. Em relação aos meninos, a tolerância era um pouco maior, já que a ideia de ginástica associava-se às instituições militares; mas, em relação às meninas, houve pais que proibiram a participação de suas filhas, afirmam Soares et al. (2005). Embora a elite imperial estivesse de acordo com os pressupostos higiênicos, eugênicos e físicos, havia uma forte resistência na realização de atividades físicas por conta da associação entre o trabalho físico e o trabalho escravo. Qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com maus olhos, considerada “menor”. Essa atitude dificultava que se tornasse obrigatória a

prática de atividades físicas nas escolas (DARIDO; RANGEL, 2005).

No entanto, foi somente em 1882 que Rui Barbosa, ao lançar o parecer sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior, denota importância à ginástica na formação do brasileiro. Nesse parecer, Rui Barbosa relata a situação da Educação Física em países mais adiantados politicamente e defende a ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude (RAMOS, 1982). Ele destacou e explicitou sua ideia sobre a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual. Com isso, nesta época, incluíram-se exercícios ginásticos nos currículos das escolas normais brasileiras (GOIS JÚNIOR; BATISTA, 2010).

O projeto relatado por Rui Barbosa, em resumo, buscava instituir uma sessão essencial de ginástica em todas as escolas de ensino normal; estender a obrigatoriedade da ginástica para ambos os gêneros, uma vez que as meninas não tinham obrigatoriedade em fazê-la; inserir a ginástica nos programas escolares como matéria de estudo e em horas distintas ao recreio e depois da aula; além de buscar a equiparação em categoria e autoridade dos professores de ginástica em relação aos professores de outras disciplinas (DARIDO; RANGEL, 2005).

Para Soares (1996), a Educação Física que se ensinava nesse período era baseada nos métodos europeus – o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês –, que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica,

conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente.

Conforme Gois Júnior e Batista (2010), no século XIX, a Educação Física esteve estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica. Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada. Visando melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram uma função higienista e buscaram modificar os hábitos de saúde e higiene da população.

A Educação Física favoreceria a educação do corpo tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível às doenças. Além disso, havia no pensamento político e intelectual brasileiro da época com uma forte preocupação com a eugenia. Como o contingente de negros era muito grande, havia o temor de uma mistura que desqualificasse a raça branca (SOARES, 1996). Dessa forma, a educação sexual associada à Educação Física, deveriam inculcar nos homens e mulheres a responsabilidade de manter a pureza e a qualidade da raça branca, afirma Soares et al. (2005).

Dentro dessa conjuntura, as instituições militares sofreram influência da filosofia positivista, o que favoreceu que tais instituições também pregassem a educação do físico. Almejando a ordem e o progresso, era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, que

pudessem defender a pátria e seus ideais (GOIS JÚNIOR; BATISTA, 2010).

Soares (2001) afirma que no início do século XX, a Educação Física, ainda sob o nome de ginástica, foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Nessa mesma época, a educação brasileira começa a sofrer uma forte influência do movimento escolanovista, que evidenciou a importância da Educação Física no desenvolvimento integral do ser humano. Essa conjuntura possibilitou que profissionais da educação na III Conferência Nacional de Educação, em 1929, discutissem os métodos, as práticas e os problemas relativos ao ensino da Educação Física.

Na década de 1930, no Brasil, dentro de um contexto histórico e político mundial, com a ascensão das ideologias nazistas e fascistas, ganham força as ideias que associam a eugeniização da raça à Educação Física. O exército passou a ser a principal instituição a comandar um movimento em prol do ideal da Educação Física que se mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

O discurso eugênico logo cedeu lugar aos objetivos higiênicos e de prevenção de doenças, estes sim, passíveis de serem trabalhados dentro de um contexto educacional. A finalidade higiênica foi duradoura, pois instituições militares, religiosas, educadores da Escola Nova e do Estado compartilhavam de muitos de seus pressupostos

(ROMANELLI, 2002). Mas a inclusão da Educação Física nos currículos não havia garantido a sua implementação prática, principalmente nas escolas primárias. Embora a legislação visasse tal inclusão, a falta de recursos humanos capacitados para o trabalho com Educação Física escolar era muito grande (SOARES, 2001).

Apenas em 1937, na elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. Também havia um artigo naquela Constituição que citava o adestramento físico como maneira de preparar a juventude para a defesa da nação e para o cumprimento dos deveres com a economia (BRASIL, 1997, p. 20).

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), os anos 1930 tiveram ainda por característica uma mudança conjuntural bastante significativa no país: o processo de industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo. Em especial, a Educação Física ganhou novas atribuições: fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade.

Do final do Estado Novo até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 1961, houve um amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro. Nessa lei ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para o

ensino primário e médio. A partir daí, o esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física, afirmam Soares et al. (2005).

Segundo Soares (2001), o processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o aos objetivos e práticas pedagógicas.

Após 1964, a educação sofreu as influências da tendência tecnicista. O ensino era visto como uma maneira de se formar mão de obra qualificada. Era a época da difusão dos cursos técnicos profissionalizantes (NUNES, 2002a). Nesse quadro, em 1968, com a Lei nº 5.540, a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado e era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno, afirma Soares (2001).

Conforme Nunes (2002b), na década de 1970, a Educação Física ganhou funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na área em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre os Estados) e na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como na tentativa de desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da

força de trabalho para o milagre econômico brasileiro (TABORDA DE OLIVEIRA, 2010). Nesse período, estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um bom exemplo é o uso que se fez da campanha da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970 (BRASIL, 1997).

Em relação ao âmbito escolar, a partir do Decreto nº 69.450, de 1971, considerou-se a Educação Física como a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando. A falta de especificidade do decreto manteve a ênfase na aptidão física, tanto na organização das atividades como no seu controle e avaliação. A iniciação esportiva, a partir da quinta série, tornou-se um dos eixos fundamentais de ensino; buscava-se a descoberta de novos talentos que pudessem participar de competições internacionais, representando a pátria (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 123).

Conforme Taborda de Oliveira (2010), nas ações pedagógicas ficava claro a sintonia entre a política educacional da época e os princípios norteadores presentes no Decreto nº 69.450/71. Nele, o desenvolvimento da aptidão física se constituiu a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino. Castellani Filho (2006) ajuda-nos a compreender melhor o papel da política educacional da década de 1970 no processo de ampliação de território da Educação Física, quando nos mostra que

os princípios educativos presentes neste dispositivo legal objetiva colocar a Educação Física a serviço da formação para o mundo do trabalho. Para ele:

seu caráter instrumental, caráter esse que num primeiro instante veio configurar-se no zelar, enfaticamente, pela preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, buscando com esse proceder, assegurar o ímpeto desenvolvimentista então voga, mão de obra fisicamente adestrada e capacitada (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 87).

Nesse período, o Modelo Piramidal norteou as diretrizes políticas para a Educação Física: a Educação Física escolar, a melhoria da aptidão física da população urbana e o empreendimento da iniciativa privada na organização desportiva para a comunidade comporiam o desporto de massa que se desenvolveria, tornando-se um desporto de elite, com a seleção de indivíduos aptos para competir dentro e fora do país, pontua Soares (2001).

Na próxima seção, apresentaremos de forma sucinta a história da constituição do município de Porteirinha e da Escola Normal. A partir, problematizaremos a sistematização das atividades físicas organizadas no seio da Escola Normal de Porteirinha, principal instituição escolar da cidade e do extremo norte de Minas Gerais na época.

A Escola Normal de Porteirinha e o papel da Educação Física

Segundo Cunha (2006), a ocupação da região, que hoje é denominada Porteirinha, ocorreu no início do século XVIII. Os primeiros habitantes de Porteirinha teriam sido os tropeiros que vieram à procura de ouro, estabeleceram-se e se tornaram grandes proprietários de terras e escravos, na região que batizaram com o nome de São Joaquim de Porteirinha (PORTEIRINHA/MG, 2005, p. 03). Desde os seus primórdios, no início do século XVIII, até início do século XX, Porteirinha foi distrito de Grão Mogol (CUNHA, 2006). “Distante da sede, dificilmente os recursos chegavam e ainda mais complicada era a instalação de órgãos públicos, como escolas, hospitais e construções de estradas” (BEZERRA, 1990, p. 08).

Com a emancipação política de Porteirinha em 17 de dezembro de 1938, o município conquista sua emancipação. Contando com um número restrito de unidades escolares, o município de Porteirinha, após o seu desmembramento de Grão Mogol, vê a necessidade de expandir seu sistema educacional para os diversos recantos e sertões. No bojo desta necessidade, e atendendo aos preceitos republicanos na época, o município cria inúmeras escolas espalhadas por toda a região na tentativa de diminuir a grande taxa de analfabetismo. Conseqüentemente, aumentou-se o número de professores e instala-se a secretaria municipal de educação.

Na década de 1950, em Porteirinha, conforme Bezerra (1990), o desenvolvimentismo representou uma grande esperança, pois faltava energia

para os pequenos armazéns e comércios e para o consumo doméstico, as estradas da região eram precaríssimas etc. As elites locais, predominantemente agrárias, mobilizavam-se para inserir o município nos programas de investimentos públicos. Um dos esforços políticos mais significativos foi instalação da Escola Normal, em 1964 (PEIXOTO FILHO; SILVA, 2009).

A instalação desta escola trouxe inúmeros benefícios à região norte-mineira: preferência da população pelo espaço urbano; vinda de muitos estudantes de outras cidades para a região, fazendo com que o município ficasse conhecido regionalmente; tornar a instituição uma das referências em formação docente no norte de Minas Gerais; alfabetizar o maior número de crianças; formar professores habilitados para atuarem nas escolas e capacitar os já em exercício.

Conforme a elite local postulava, pautada no projeto desenvolvimentista, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Era importante pensar em políticas para formar um professor como ponto de partida para o exercício de uma direção voltada para o progresso e para a civilidade. Era importante formar os profissionais para atuarem nas escolas primárias da região, diminuir o enorme analfabetismo e transformar a realidade pobre e sofrida do povo do extremo norte de Minas Gerais. Finalmente, era importante mostrar a força política e social desta instituição mediante o esporte. Como agente de formação, a Escola Normal teria a obrigação de formar

o professor também para ministrar aulas de Educação Física no ensino primário.

O currículo das escolas brasileiras e, em especial, o da Escola Normal, sofreu algumas adequações com a instalação do governo militar. Estas adequações figuraram a imposição, por exemplo, das disciplinas Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

Para Germano (1994), com o tecnicismo, nos currículos escolares, a Educação Física teve, fundamentalmente, o papel de reforçar e sustentar a visão ideológica da classe dominante. Assim, a Educação Física, importante “prática disciplinar” para a formação física e moral, estava presente em todos os anos de escolarização na Escola Normal de Porteirinha (GINÁSIO NORMAL OFICIAL, 1968).

O Regimento Interno da Escola Normal de Porteirinha, importante documento histórico, apresenta a Educação Física: “como Prática Educativa era obrigatória para todos os alunos até a idade de 18 anos, sendo a frequência levada em conta separada das demais disciplinas” (GINÁSIO NORMAL OFICIAL, 1967, 1968, p. 07). O artigo 22 da Lei nº 4.024/61, que tratava da obrigatoriedade da Educação Física dentro das escolas, foi regulamentado pelo decreto nº 58.130, de 31 de março de 1966.

Este decreto justificava-se pela importância do desenvolvimento integral da personalidade do homem e no argumento de que a educação do povo brasileiro

estava intimamente ligada aos interesses da defesa nacional, para a qual a Educação Física muito contribuía (BRASIL, 1966, p. 95). O decreto também definia que ela tinha por objetivo “aproveitar e dirigir as forças do indivíduo – físicas, morais, intelectuais e sociais – de maneira a utilizá-las na sua totalidade, e *neutralizar*, na medida do possível, as *condições negativas do educando e do meio*”. De acordo com os grifos, a Educação Física era um meio de controle do estudante, um meio de enquadrá-lo nas regras ditatoriais, uma forma de disciplinar o jovem, bem como as futuras crianças, movendo o ciclo de reprodução. O termo reprodução refere-se às funções escolares enquanto responsáveis pela reprodução cultural e pela conservação social, mantendo o *status quo* à classe hegemônica (BOURDIEU, 1992).

Segundo Soares (2001), a introdução do Método Desportivo Generalizado representou a incorporação do esporte dentro das aulas de Educação Física. O conteúdo esporte expandia-se, ocupando cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física nas escolas brasileiras (SOARES, 2001). Segundo Castellani Filho (2006), ao mesmo tempo, a tendência tecnicista voltava-se para formar alunos, futuros trabalhadores, com mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país. Foi nesse momento que se atrelaram esporte e tecnicismo. Dessa mistura pedagógica, “resultaram aulas voltadas para o desempenho técnico e físico do aluno, para formar futuros atletas para compor, através de severas seleções, o

desporto de alto nível do Brasil” (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 100).

A mídia também não ficou de fora. “Foram intensificadas a utilização de propaganda para veicular a força do povo brasileiro e a necessidade de se acreditar no país”, afirma Soares (2005, p. 14). O exemplo mais concreto disso aconteceu com a Seleção Brasileira de Futebol de 1970, na Copa do México e com os atletas medalhistas em olimpíadas, que ajudavam a disseminar o mito do Milagre Econômico Brasileiro.

Portanto, é notório um investimento pelo governo militar no esporte. Os principais objetivos desse apoio foram: aposta no nacionalismo, que fazia o povo torcer com os times que representavam o país no exterior; integração nacional, que se traduziam em competições entre estados e municípios, e que ajudavam a disseminar a multiplicidade e a grandiosidade da nação; segurança nacional era um item importante, pois, o desenvolvimento não conseguia se manter sem a ajuda da segurança – a Educação Física tinha o objetivo de modelar os corpos dos futuros trabalhadores, dentre eles, o das forças militares –; e a desmobilização de forças políticas opositoras (SOARES et al., 2005).

Segundo Castellani Filho (2006), na prática escolar, o Decreto nº 69.450 de 1971 colocou a iniciação esportiva na 5ª série, e com ela a seleção de alunos/atletas com um dos objetivos de representar a pátria e a força da nação. No entanto, a Educação Física na Escola Normal de Porteirinha tinha dois lados: atingir os objetivos propostos pela legislação e,

também, beneficiar os alunos com o esporte sistematizado.

Antes do ano de 1964, data da instalação da Escola Normal de Porteirinha, no município não existiam quadras poliesportivas, bem como a difusão de esportes como futsal, voleibol, handebol e basquetebol. O futebol de campo era a única prática sistematizada encontrada no município por meio do Guarani Esporte Clube (BEZERRA, 1990). Com a instalação da Escola Normal de Porteirinha, os esportes coletivos começaram a ser incluídos no cotidiano escolar dos alunos da escola, futuros professores.

Sêlva Lima Faria, primeira professora habilitada em nível superior, que atuou na Escola Normal e no município, conta como funcionavam as aulas de Educação Física na Escola Normal de Porteirinha:

Quem era a diretora na época era Dona Lucy, uma pessoa muito competente. Ela tinha uma visão boa da educação, ela queria o melhor para a Escola Normal. Naquela época eu saí de Belo Horizonte com tudo moderno de material: bolas, trampolim, Ginástica de Solo; então, ela tentou me dar, me proporcionar esses materiais. E a gente sentia muita dificuldade na compra de bolas, o pessoal não tinha costume com esporte. Então dava um trabalho danado! Mas aí eu fazia os alunos gostarem de Educação Física [...]. Incentivava, fazia jogos, competições e tudo mais. Foi ótimo! (LIMA, 2008, p. 02).

A professora ainda descreve como desenvolvia sua prática pedagógica dentro do modelo de esportivização, em voga nos anos 1960 e 1970:

Eu gostava muito de vôlei, então nós tivemos times de vôlei muito bons aqui e que eram referência até em Montes Claros, onde aconteciam Jogos Estudantis. Tínhamos um bom relacionamento esportivo com outras cidades. Houve dias em que eu levantava 4 horas da madrugada para treinar os que tinham habilidade, para não atrapalhar as aulas. E os meninos levantavam! Eles iam na maior farra na rua. Eu chegava lá e estava todo mundo para treinar. E era treinamento pesado! Eu dava medalha. Fazia corrida, atletismo, fazia campeonato de atletismo, de futsal (LIMA, 2008, p. 02).

Em outra passagem no seu depoimento, percebe-se a euforia dos estudantes frente aos inúmeros campeonatos regionais e estaduais, nos quais a Escola Normal participava. É notório, também, o incentivo e a preocupação da diretora, desencadeada pelos decretos que obrigava a valorização esportiva nas escolas.

Foi uma alavancada! O pessoal ficou louco com a Educação Física e ficavam entusiasmados para fazer, eu animava os meninos, eles perguntavam: “vai ter em qual dia?”, “que hora nós vamos treinar?”. Todo mundo queria ser Baliza nos desfiles de 7 de setembro. Mas na época tinha

que chamar as pessoas que tinham mais coordenação, mais habilidade, que tinham jeito para a Ginástica de Solo [...]. O material foi Dona Lucy [diretora] que comprou, era de primeira linha mesmo para Porteirinha (LIMA, 2008, p. 03).

A professora de Educação Física, Sêlva Faria Lima, afirma que os principais projetos esportivos da Escola Normal de Porteirinha eram os Jogos Intermunicipais, Jogos Internos da Escola, Desfiles Cívicos e visitas esportivas em escolas de Montes Claros e Janaúba. Além disso, a ex-professora destaca os conteúdos desenvolvidos na Escola Normal de Porteirinha:

Nós tentávamos colocar na cabeça dos alunos que havia outros esportes, além do Futebol de Campo. Os alunos só conheciam este. Quando iniciei os esportes coletivos de quadra, foi um trabalho difícil, mas depois, os alunos começaram a entender o espírito das aulas de Educação Física. Assim os principais esportes coletivos desenvolvidos na aula foram: Futsal; Voleibol; Handebol; Basquetebol; Ginástica de Solo; Atletismo (corridas e saltos); Jogos Pré-desportivos; Jogos Recreativos (LIMA, 2008, p. 04).

A construção, sistematização e fixação das práticas esportivas no interior e fora da escola são apresentadas na fala da docente. Essas práticas, apesar de terem tido um começo tímido, em virtude da falta

de sistematização, ou, possivelmente, pelo não conhecimento dos esportes pelos estudantes, encontraram terras firmes para seu fortalecimento na Escola Normal de Porteirinha. O esporte era, pois, objeto da Educação Física na escola e um conteúdo importante que suscitava talentos esportivos para participação em competições externas.

A Educação Moral e Cívica, outra disciplina ideológica de Estado, era obrigatória para os estabelecimentos educacionais oficiais. Sendo fixada pelo artigo 7º e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 869/69, e, juntamente com a OSPB, “articulavam-se como complemento forçoso da geografia, da história, das noções de direito social e direito pátrio, subjugando e forjando a estrutura social vigente” (GERMANO, 1994). A Educação Moral e Cívica, como estabelecia a própria lei que regulamentou o seu ensino,

[era] tratada como disciplina, se se tem em mira a aquisição do conhecimento sistematizado, como principal intenção; e como atividade se a intenção fundamental for a aquisição de valores, o desenvolvimento de atitudes, ou seja, modificações dos comportamentos emocionais ou afetivos, mediante vivências em situações concretas (grifos meus) (BRASIL, 1969, p. 03).

Os projetos cívicos tinham uma finalidade ideológica explícita: provocar no indivíduo uma modificação no seu modo de pensar e agir. A intenção era fazer uma espécie de lavagem cerebral, permitindo,

dessa maneira, a anulação das forças oposicionistas e a conseqüente sedimentação da ordem social desigual vigente (GERMANO, 1994).

Considerações finais

No início da década de 1960, os investimentos provindos dos acordos MEC-USAID e do governo estadual proporcionaram os recursos necessários à construção da Escola Normal de Porteirinha para a melhoria da formação do professor. Esta escola de formação de professores foi a principal instituição escolar da cidade e do extremo norte de Minas Gerais da época.

Na segunda metade da década de 1960, a educação sofreu as influências da tendência tecnicista. O ensino era visto como uma maneira de se formar mão de obra qualificada. E essa tendência influenciou também a Educação Física. Nota-se a euforia dos estudantes frente aos inúmeros campeonatos regionais e estaduais, nos quais a Escola Normal participava. É notório, também, o incentivo e a preocupação da diretora com a Educação Física desencadeada pelos decretos que obrigava a valorização esportiva nas escolas e que se consubstanciavam na aquisição do material esportivo, como bolas e materiais de ginástica.

Na pesquisa, percebe-se que a Educação Física atingiu os objetivos propostos pela legislação da época e também beneficiou os alunos por meio do esporte e ginástica sistematizados, com o

intuito de suscitar possíveis talentos esportivos para participação em competições externas.

A construção, sistematização e fixação das práticas esportivas no interior e fora da Escola, apesar de terem tido um começo tímido, em virtude da falta de sistematização, ou, possivelmente, pelo não conhecimento dos esportes pelos estudantes, encontraram terras firmes para seu fortalecimento na Escola Normal de Porteirinha.

Referências

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BEZERRA, Arnaldo. **A Escola Normal de Porteirinha**. Porteirinha/MG: Escola Estadual de Porteirinha. Palestra proferida na comemoração dos 25 anos da Escola Normal de Porteirinha, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Decreto 58.130, de 31 de março de 1966. Regulamenta o art.22 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Documento n. 50**. Rio de Janeiro, abr.1966.

_____. Decreto-Lei 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: **Legislação brasileira do ensino de 2º grau: coletânea de atos federais**. Brasília: DEM, 1978.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.**

de Minas: nossa terra, nossa história! (mimeo). Serranópolis de Minas/MG, 2006.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GINÁSIO NORMAL OFICIAL. **Ficha de Registro de Diplomas.** Curso Ginásial Normal. Porteirinha/MG, 1970.

_____. **Quadro de Distribuição de aulas do Ginásio Normal Oficial de Porteirinha.** Porteirinha/MG, 1968. In: Regimento Interno do Ginásio Normal Oficial, 1968, p. 14.

_____. **Regimento Interno (1968).** Porteirinha/MG, 1967.

GOIS JÚNIOR, Edivaldo; BATISTA, José Carlos Freitas. **A Introdução da Gymnastica na Escola Normal de São Paulo (1890-1908).** Revista Movimento. Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 71-87, julho/setembro de 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **A Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NUNES, Clarice. **Ensino normal:** formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

_____. História da Educação: interrogando a prática do ensino e da pesquisa. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (orgs). **História da Educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FHC/FUMEC, 2002b.

PEIXOTO FILHO, José Pereira; SILVA, Wilney Fernando. **Educação, Progresso e Obediência:** a formação do professor para o sertão das Minas Gerais em meados do

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

CUNHA, Osvaney Barbosa. **Serranópolis século XX.** *Cadernos de História da Educação.* V.8, nº 1, pp. 173-187, jan./jun. 2009.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889-1970). In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (orgs.). **A escola e seus atores:** educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORTEIRINHA/MG. Departamento Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural. **Dossiê de tombamento do acervo documental do Cartório de Paz e Registro Civil do distrito de Gorutuba – Porteirinha/MG.** Porteirinha/MG, 2005.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte.** São Paulo: Ibrasa. 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do Ensino da Educação Física** (Coletivo de Autores). São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física:** Raízes Europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Imagens da Educação no Corpo:** estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX. Campinas, SP. Universidade Estadual de Campinas (tese de doutorado), 1996.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba:** entre a adesão e a resistência. Doutorado em

História e Filosofia da Educação. PUC/São Paulo, 2001.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **ANPED**,

Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul/ago, nº 14, 2000.